

# Dívida externa do Brasil chega a US\$ 115 bi

É o maior saldo devedor da América Latina, superior ao México, que deve cerca de US\$ 106 bi

**ADEMAR SHIRAI SHI  
Da Editoria de Economia**

O Brasil tem a maior dívida externa da América Latina, ao acumular saldo devedor de 115 bilhões de dólares e deixar longe o México, com 105,6 bilhões de dólares. Mas a vice-presidência de operações internacionais do Banco do

Brasil prevê que será o terceiro devedor latino-americano, a Argentina, com 53,3 bilhões de dólares, o país que, ainda este ano, recorrerá à moratória da dívida e reabrirá a discussão em torno da sangria de recursos das nações devedoras para a comunidade internacional do Banco do Brasil.

Segundo o relatório, a decisão dos banqueiros de manter o corte de novos empréstimos até mesmo aos tradicionais "bons devedores", como o México e o Brasil, e a maior pressão política para o crescimento econômico, resultante da ampliação do clima demo-

financeira internacional. "A questão hoje é — registra relatório de circulação interna da vice— presidência de operações internacionais do Banco do Brasil — saber se os países latino-americanos estarão dispostos a continuar cumprindo o serviço da dívida, agora que os bancos comerciais não mais premiam os devedores com recursos novos. Trata-se de um dilema terrível considerando-se as pressões políticas sofridas pela maioria dos governos, no sentido de fazer com que suas economias voltem a crescer".

crático, ainda exercerão "indubitavelmente, grande influência nos eventos relativos à dívida nos próximos dois anos" H. Provavelmente, aponta o estudo do Banco do Brasil, a Argentina será o primeiro país atingido por essas pressões, porquanto, dos grandes devedores da América Latina, os argentinos estão em posição mais vulnerável, após falharem no estímulo às exportações ou na redução das importações. "Ademais, desde 1980, a economia local vem se contraíndo, a renda "per capita" cai vertiginosamente e as eleições presi-

Os juros da dívida externa consumiram, no ano passado, 30,8 por cento das receitas do Brasil com as finanças internacionais e as eleições presidenciais estão programadas para meados de 1989" — ressalta o Banco do Brasil.

secessas do Brasil com as exportações. O México consumiu 27,1 por cento e a Venezuela, 15,6 por cento. Mas a Argentina teve que gastar 48,8 por cento das receitas com as exportações para pagar os bancos credores. Ao analisar a situação de nove dos países endividados da América Latina, o Banco do Brasil ressalta que "todos os países estão destinando uma parcela demasiadamente grande de seus recursos para cumprir o pagamento

“... e pagamento dos juros”.

A partir da constatação de que os encargos da dívida externa dos países latino-americanos continuam representando imensa drenagem da economia regional, o Banco do Brasil parte para a análise dos diferentes blocos de devedores: “Desde que a crise da dívida externa explodiu em 1982, cerca da metade dos grandes devedores da América Latina tem dado grandes passos na reorientação de suas economias, enfatizando o crescimento das exportações, não raro a expensas do consumo inter-

Para a vice-presidência do Banco do Brasil, apesar da imensa drenagem de renda, o modelo econômico brasileiro capacita o país a manter em dia os juros da dívida. "A partir de 1982, o

vida. A partir de 1982, o crescimento das exportações tem sido impressionante no Brasil, no Chile, na Colômbia e no México. Esses países têm feito grande progresso na diversificação das exportações, em relação às "commodities" tradicionais, e na indústria, na pauta, de outros produtos de maior valor agregado. Suas importações também diminuiram, enquanto alguns cortes

# O QUE DEVEM OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

ITENS	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	CHILE
Dívida Externa (fim de 1987) US\$ bilhões (1) (2)	Total: 53,3 Pública: 39,6 Divida como por cento do PIB: 68,1 por cento Sensibilidade: 0,35	Total: 6,2 Pública: 3,9 Divida como por cento do PIB: 107,1 por cento Sensibilidade: 0,01	Total: 115,0 Pública: 84,1 Divida como por cento do PIB: 40,8 por cento Sensibilidade: 1,1	Total: 20,6 Pública: 14,7 Divida como por cento do PIB: 110,1 por cento Sensibilidade: 0,2
Carga dos Juros, 1987 US\$ bilhões (3) (4)	Devido como por cento do PIB: 5,2 Devido como por cento das exportações: 48,8 Pago como por cento do PIB: 4,5 Pago como por cento das exportações: 42,0	Devido como por cento do PIB: 6,4 Devido como por cento das exportações: 60,2 Pago como por cento do PIB: 2,1 Pago como por cento das exportações: 19,5	Devido como por cento do PIB: 3,2 Devido como por cento das exportações: 30,8 Pago como por cento do PIB: 2,1 Pago como por cento das exportações: 20,3	Devido como por cento do PIB: 9,1 Devido como por cento das exportações: 26,6 Pago como por cento do PIB: 9,1 Pago como por cento das exportações: 26,6
Impacto sobre o Comércio (variação percentual, 1987/82) (5)	Crescimento da dívida: 22,2 Variação das exportações: -14,4 Variação das importações: 3,8	Crescimento da dívida: 73,6 Variação das exportações: -33,1 Variação das importações: 8,2	Crescimento da dívida: 26,0 Variação das exportações: 24,5 Variação das importações: -21,5	Crescimento da dívida: 20,1 Variação das exportações: 24,1 Variação das importações: -3,6
Situação junto ao FMI	O atual programa "stand-by" junto ao FMI foi prorrogado para agosto/88. As metas não foram cumpridas, mas US\$ 600 milhões já foram desembolsados e o país faz jus a outros US\$ 450 milhões este ano.	Além do acordo "Stand-by" e linha de financiamento compensatório acordada em 1986, a Bolívia dispõe da Linha de Crédito Ampliada de US\$ 150 milhões, do FMI, para cobrir 1987-89.	O acordo com o FMI vem sendo protelado até que o Brasil formule programa de reestruturação econômica destinado a reduzir o déficit orçamentário e a inflação extremamente elevada.	O Chile ainda está se valendo de Linha de Crédito Ampliada, do FMI, de 3 anos que expirará em agosto próximo. Negocia com o Fundo em busca de novo programa ou da continuação do existente.
Situação junto aos Bancos Comerciais	A Argentina necessitará de US\$ 2,4 bilhões em novos créditos, para fazer face às obrigações com o serviço da dívida em 1988. Deverão ser iniciadas conversações até meado do ano, embora não pareça provável que os bancos venham a emprestar todo este montante. Os atrasados a partir de 1987 foram pagos.	Em março, a Bolívia recomprou aproximadamente a metade de sua dívida para com os bancos comerciais, inclusive os juros atrasados, com 89 por cento de desconto. Os recursos vieram de nações doadoras e foram administrados pelo FMI.	Foi feito acordo para o refinanciamento de US\$ 5,2 bilhões dos US\$ 12 bilhões de juros devidos em 1987-88. Os recursos serão desembolsados este ano. Os bancos também baixaram o "spread" dos juros para 0,8125 acima da LIBOR.	Em abril, o comitê de bancos concordou em conceder ao Chile US\$ 500 milhões em empréstimo voluntário, com "spread" mais baixo em relação à LIBOR (0,875 por cento em vez de 1,125 por cento), além de permitir a recompra de US\$ 500 milhões da dívida.
Perspectivas	Os juros devidos em 1988, que montam a US\$ 4,5 bilhões, não poderão ser cobertos pelo superávit comercial e pelos créditos multilaterais. Se os bancos não fornecerem os recursos necessários, é provável que a moratória venha a ser decretada até o fim do ano.	A Bolívia tentará saldar o remanescente da dívida para com os bancos comerciais mediante emissão, pelo governo, de cupons "zero". O programa de conversão da dívida em capital de risco propicia mecanismo adicional.	So começará a haver progresso na reestruturação da dívida depois de assinado o acordo com o FMI. Aí, as conversações de reescalonamento começarão junto ao Clube de Paris e aos credores privados.	A aprovação do novo acordo bancário com o Chile será seguida por emissão de bônus internacionais, inclusive novos certificados vinculados ao preço do ouro. O novo programa do FMI deverá ser do tipo supervisão ampliada.
ITENS	COLOMBIA	MÉXICO	PERU	VENEZUELA
Dívida Externa (fim de 1987) US\$ bilhões (1) (2)	Total: 15,4 Pública: 11,8 Divida como por cento do PIB: 45,5 por cento Sensibilidade: 0,08	Total: 105,6 Pública: 78,3 Divida como por cento do PIB: 80,2 por cento Sensibilidade: 1,0	Total: 14,7 Pública: 11,5 Divida como por cento do PIB: 44,3 por cento Sensibilidade: 0,06	Total: 34,9 Pública: 24,5 Divida como por cento do PIB: 96,9 por cento Sensibilidade: 0,32
Carga dos Juros, 1987 US\$ bilhões (3) (4)	Devido como por cento do PIB: 3,4 Devido como por cento das exportações: 18,2 Pago como por cento do PIB: 3,4 Pago como por cento das exportações: 18,2	Devido como por cento do PIB: 6,2 Devido como por cento das exportações: 27,1 Pago como por cento do PIB: 6,2 Pago como por cento das exportações: 27,1	Devido como por cento do PIB: 2,9 Devido como por cento das exportações: 27,7 Pago como por cento do PIB: 1,6 Pago como por cento das exportações: 15,2	Devido como por cento do PIB: 5,8 Devido como por cento das exportações: 15,6 Pago como por cento do PIB: 5,8 Pago como por cento das exportações: 15,6
Impacto sobre o Comércio (variação percentual, 1987/82) (5)	Crescimento da dívida: 50,0 Variação das exportações: 25,7 Variação das importações: -7,9	Crescimento da dívida: 20,6 Variação das exportações: 9,4 Variação das importações: -22,5	Crescimento da dívida: 28,2 Variação das exportações: -18,2 Variação das importações: -15,6	Crescimento da dívida: -0,5 Variação das exportações: -32,9 Variação das importações: -43,2
Situação junto ao FMI	A Colômbia não fechou qualquer acordo com o FMI, e, por enquanto, não está previsto nenhum.	Expirou em 1º de abril o acordo "stand-by", de 15 meses, no valor de US\$ 1,4 bilhão. Não se espera nenhum acordo novo para antes de 1989.	O Peru se recusa a permitir a supervisão de sua economia pelo FMI. Desde agosto de 1986, ele não se qualificou para receber recursos daquela entidade, por se encontrar em atraso com sua dívida. Não se prevê nenhuma mudança da situação.	A Venezuela não tem acordo formal com o FMI, mas seu desempenho econômico vem sendo monitorado informalmente por aquela instituição.
Situação junto aos Bancos Comerciais	O desembolso do empréstimo comercial de US\$ 1 bilhão, deverá começar em meado do ano e terminar ainda em 1988. Começarão este ano as conversações referentes às necessidades para 1989-90.	Recentemente, o México desembolsou o restante US\$ 1,1 bilhão do seu pacote original de empréstimo privado, de US\$ 7,7 bilhões, assinado em março de 1987. Não se espera nenhum empréstimo novo este ano de fontes privadas.	O país continua limitando os pagamentos sobre a maior parte de sua dívida. Não há progresso nas conversações com o comitê orientador. As operações de permuta de papéis da dívida por bens encontram-se em estágio adiantado junto a vários bancos privados.	O país vem satisfazendo às obrigações de juros e amortizações, consoante o acordo referente à dívida pública, de setembro de 1987, e é o único país latino-americano que reestruturou os seus débitos com a inclusão do pagamento do principal aos bancos.
Perspectivas	A Colômbia continua em dia com os pagamentos de juros e do principal. Entretanto, se não for possível levantar recursos bancários suficientes para 1989-90, pela primeira vez poderá ser necessário fazer o reescalonamento da dívida pública.	O ônus do serviço da dívida deverá continuar administrável até o fim do ano. Estão para ocorrer novas operações de conversão da dívida em bônus, embora apenas US\$ 1,1 bilhão da dívida externa privada tenha sido cancelado no primeiro leilão.	Os pagamentos sobre obrigações a curto prazo poderão ficar sujeitos à suspensão, devido à escassez de divisas. As transações na base da troca de papéis de crédito por bens serão buscadas com grande intensidade. O programa de conversão da dívida em capital de risco está sendo revisado.	Para a cobertura do déficit do balanço de pagamentos, os funcionários governamentais continuarão buscando os necessários recursos para financiamento de projetos e do comércio, e as emissões de bônus internacionais, além dos influxos de fundos mediante a conversão de dívida em capital de risco. O governo a ser empossado em 1989 poderá tentar novo acordo sobre a dívida.